

# LIÇÕES MEXICANAS PARA PENSAR AS NOVAS DIREITAS NA AMÉRICA LATINA

*Ricardo Neves Streich<sup>1</sup>*

**Resumo:** Dentre os desdobramentos da crise econômica de 2008, é possível encontrar o desgaste das formas de fazer política que marcaram o mundo globalizado após o final da guerra fria. Esta forma de fazer política consistiu, em linhas gerais, em alterar o sentido e o papel do Estado na sociedade. O “consenso de centro”, na denominação de Chantal Mouffe, significou a redução da disputa política aos ditames neoliberais. A democracia, então, deixou de ser o espaço de disputa política entre perspectivas antagônicas, já que o papel do Estado foi reduzido à alocação eficiente dos recursos públicos. Desta forma, é possível afirmar que a crise da noção de democracia resulta da incapacidade do “consenso de centro” em responder os anseios e demandas da sociedade. Atualmente os grupos de direita/extrema-direita têm sido mais eficientes na capitalização das frustrações herdadas da crise hegemônica do “consenso de centro”. Na América Latina, isto significou o fim da “onda rosa” – período compreendido entre 1998 e 2015 no qual os maiores países do continente foram governados pela esquerda/centro-esquerda –, especialmente com as vitórias eleitorais da direita liberal (Maurício Macri na Argentina em 2015) e da extrema-direita (Jair Bolsonaro no Brasil em 2018). Contudo, é interessante observar que o México, segunda país do continente em termos econômicos e populacionais, experimentou o período de forma bastante diversa quando comparado à maior parte do continente. Entre os anos de 2000 e 2012 o México foi governado pelo Partido Acción Nacional (PAN). As vitórias de Vicente Fox (2000) e Felipe Calderón (2006) representaram as primeiras derrotas do Partido Revolucionario Institucional (PRI) em 71 anos. O PAN é um partido da direita tradicional mexicana que congrega desde católicos conservadores a grandes empresários. Por isto os dois presidentes panistas articularam estratégias discursivas conectadas à tradição do partido. Assim, Fox utilizou seu histórico profissional – havia sido CEO da Coca-Cola no México – para criar o discurso do “gestor” que passa por cima dos interesses “ideológicos” e “políticos” em prol de escolhas racionais. Calderón, por sua vez, articulou a continuidade do discurso liberal na economia, mas adotou posições conservadoras nos costumes. Neste sentido, não é difícil perceber que os arquétipos mobilizados pelos panistas são os mesmos da nova direita latino-americana contemporânea (por exemplo, o “gestor” Macri e o “liberal-conservador” Bolsonaro). Ademais, é imperativo apontar a força discursiva do conservadorismo panista, o qual foi capaz de vencer duas eleições (na segunda economia da América Latina) justamente no contexto em que a maior parte dos países latino-americanos eram governados por partidos de esquerda. Por isto, o escrutínio das estratégias discursivas de Fox/Calderón podem ser de grande valia para a lançar luzes à atuação da nova direita que atua hoje no continente. Desta forma, o objetivo desta comunicação é analisar, a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, as estratégias discursivas de Fox/Calderón – com especial ênfase na construção das relações adversariais, na crítica ao establishment e na relação entre política, economia e costumes – para tirar lições que permitam aprimorar a análise sobre a nova direita latino-americana e também verificar se, e em que medida, podemos tratá-los como precursores narrativos desta nova direita que emergiu no continente após a “onda rosa”.

**Palavras-chave:** Partido Acción Nacional; Fox; Calderón; México; populismo

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Desenvolvi pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento e democracia na América Latina dos anos 2000 com auxílio de bolsa FAPESP (nº processo 2017/17481-2). Email: [ricardostreich@protonmail.com](mailto:ricardostreich@protonmail.com)

## 1. Introdução

Dentre os principais desdobramentos da crise econômica de 2008, é possível encontrar o desgaste das formas de fazer política que caracterizaram o mundo globalizado pós-guerra fria. Em linhas gerais, o neoliberalismo pode ser definido como uma estratégia de ocupação e exercício do poder estatal cujo discurso legitimador reside na defesa irrestrita da iniciativa privada e o ataque a uma pressuposta ineficiência econômica do Estado. Do ponto de vista da ciência econômica, este discurso é amparado nos pressupostos da perspectiva monetarista, a qual invariavelmente advoga políticas de austeridade e uma redução da participação estatal na esfera econômica. David Harvey apresenta uma síntese bastante elucidativa de nossa perspectiva:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. [...]. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2005, p.12).

Podemos dizer, então, que o antigo papel de provador de direitos, o Estado de bem-estar social típico do pós-segunda guerra, foi abandonado em prol do discurso da eficiência de alocação dos recursos públicos. Por conseguinte, a democracia deixou de ser concebida como o espaço de disputa política entre perspectivas antagônicas, limitando-se ao que Chantal Mouffe denomina “consenso de centro” (MOUFFE, 2018). A ambição de reduzir a política a problemas de gestão característica deste “consenso de centro” neoliberal, evidentemente, não impediu que novos conflitos viessem a surgir. Por isso, podemos afirmar que a crise característica da democracia contemporânea resulta justamente da incapacidade do “consenso de centro” em responder os anseios e demandas da sociedade que se transformou radicalmente desde a segunda metade do século XX.

Atualmente os grupos de direita/extrema-direita têm sido mais eficientes na capitalização das frustrações herdadas da crise hegemônica do “consenso de centro”, justamente por se articularem majoritariamente em termos *morais*. Ou seja, os populistas de direita e extrema-direita têm logrado estabelecer uma narrativa segundo a qual a *culpa* das frustrações da sociedade (pobreza, violência, corrupção) é de um outro (o imigrante, o esquerdis-

ta) (MOUFFE, 2007, p.12). Na América Latina, o fenômeno pode ser percebido no final da “onda rosa” – período compreendido entre 1998 e 2015 no qual os maiores países do continente foram governados pela esquerda/centro-esquerda –, especialmente com as vitórias eleitorais da direita liberal (Maurício Macri na Argentina em 2015) e da extrema-direita (Jair Bolsonaro no Brasil em 2018).

Contudo, é interessante observar que o México, segunda país do continente em termos econômicos e populacionais, vivenciou o período em termos políticos de forma bastante diversa quando comparado à maior parte do continente. Enquanto a América Latina presenciou a “onda rosa”, entre os anos de 2000 e 2012 o México foi governado pelo *Partido Acción Nacional* (PAN)<sup>2</sup>. As vitórias de Vicente Fox (2000) e Felipe Calderón (2006) representaram as primeiras derrotas do *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) em 71 anos. O PAN é um partido da direita tradicional mexicana que congrega desde católicos conservadores a grandes empresários. Por isto os dois presidentes panistas articularam estratégias discursivas conectadas à tradição do partido. Assim, Fox utilizou seu histórico profissional – havia sido CEO da Coca-cola no México – para criar o discurso do “gestor” que passa por cima dos interesses “ideológicos” e “políticos” em prol de escolhas racionais. Calderón, por sua vez, articulou a continuidade do discurso liberal na economia, ao mesmo tempo em que adotou posições explicitamente conservadoras no campo dos costumes.

Neste sentido, não é difícil perceber que os arquétipos mobilizados pelos panistas são os mesmos das novas direitas latino-americana contemporânea (por exemplo, o “gestor” Macri e o “liberal-conservador” Bolsonaro). Ademais, é imperativo apontar a força discursiva do conservadorismo panista, o qual foi capaz de vencer duas eleições (na segunda economia da América Latina) justamente no contexto em que a maior parte dos países latino-americanos eram governados por partidos de esquerda. Por isto, entendemos que o escrutínio das estratégias discursivas de Fox/Calderón podem ser de grande valia para a lançar luzes à atuação contemporânea das novas direitas no continente. Desta forma, o objetivo deste artigo é o de analisar as estratégias discursivas de Fox/Calderón – com especial ênfase na construção das relações adversariais, na crítica ao *establishment* e na relação entre política, economia e costumes – para tirar lições que permitam aprimorar a análise sobre as novas direitas latino-americanas e também verificar se, e em que medida, podemos tratá-los como *precursores narrativos* destas novas direitas que emergiram no continente após a “onda rosa”.

---

2 Vale observar que o contraste entre o México e a tendência da maior parte dos países latino-americanos também vale para o período contemporâneo. Afinal, enquanto a maior parte dos países do continente são governados por mandatários de direita e extrema-direita, o México em 2018 elegeu Andrés Manuel López Obrador, histórico esquerdista, como seu presidente.

## 2. A crise da representação democrática e o populismo das novas direitas

Antes de desenvolver o nosso argumento, julgamos necessário delimitar com maior precisão possível o escopo do presente trabalho. A reflexão sobre as novas direitas, por si, só já é tema bastante complexo que acarreta inúmeras dificuldades, especialmente no tocante à multiplicidade de atores e aos distintos âmbitos de sua atuação. Nesse sentido, é imperativo apontar que o rótulo “nova direita” abarca um grande amalgama de atores, dentre os quais podemos incluir *think tanks* liberais de atuação pública majoritariamente “offline” (como por exemplo o Instituto Millenium, o qual anualmente realiza encontros entre intelectuais liberais e empresários, e o Instituto Liberal), os que atuam majoritariamente na internet (Instituto Misses)<sup>3</sup>, além das *web celebrities* que propagam conteúdo conservador nos costumes e liberal na economia, sendo Olavo de Carvalho o mais notável destes<sup>4</sup>.

Nossa preocupação, contudo, não se situa fundamentalmente na sociedade civil, uma vez que queremos pensar o problema justamente a partir do Estado. Neste sentido, é interessante evocar a bibliografia que recentemente tem refletido sobre a crise da democracia. Seleccionamos quatro das obras mais importantes que buscam refletir sobre o que chamamos de *réquiem da democracia liberal*. A vitória eleitoral de Donald Trump nos EUA em 2016, o Brexit e a ascensão de líderes de extrema-direita em países como Polônia, Hungria e Turquia são vistos como evidências da crise atravessada pela democracia ocidental liberal. No contexto brasileiro, estes trabalhos ganharam visibilidade e acabaram por lançar os parâmetros a partir dos quais tem sido elaborado o diagnóstico sobre a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

A primeira dessas obras é *O progressista de ontem e o de amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-política identitárias* de Mark Lilla (2017). No livro o autor

3 Sobre a formulação ideológica destes e outros tantos atores que pregam a proeminência do mercado, da competição e do indivíduo ante o Estado, a solidariedade e o coletivo ver: Camila Rocha (2018) e Mark Sedgwick (2019).

4 Há de se mencionar também o extremismo misógino e racista presente nos fóruns anônimos denominados *chans*, além da estrutura, alimentada por robôs, de propagação de desinformação e *fake news*. Nosso trabalho busca refletir sobre o problema a partir da perspectiva do Estado e, por isso, estes setores das novas direitas não fazem parte do escopo de nosso trabalho. Contudo, é necessário salientar que estes elementos são fundamentais para o estabelecimento de um *ecossistema* de direita nas redes sociais e na internet. Desta forma, os valores dos “pensadores” e *think tanks* supracitados - articulados de maneira implícita ou explicitamente ao racismo e à misoginia - acabam por atingir pessoas que não se interessam direta e explicitamente por políticas. O caso de sucesso mais digno de nota, neste sentido, são os *gamers*, uma vez que os valores da nova direita (“mais mercado”, misoginia e racismo) se tornaram hegemônicos justamente num nicho de usuários que não se ocupa diretamente da política. Como provocação vale observar que os valores da nova direita tentam responder a uma demanda concreta desta comunidade, ao contrário da esquerda que atua politicamente a partir de programas fechados, a saber: o preço dos consoles e dos jogos eletrônicos. Os apetrechos eletrônicos, então, seriam caros por culpa dos impostos, os quais serviriam aos interesses de políticos corruptos. O *ecossistema* se completa com a articulação de espaços livres, nos quais os jogadores podem denunciar o “politicamente correto” como interesse dos corruptos e, assim, legitimar suas perspectivas racistas e misóginas.

critica o Partido Democrata, ao qual se diz simpático, por uma suposta prevalência das pautas identitárias (feminismo e antirracismo, por exemplo) sobre um projeto nacional. Essa antinomia entre “desejos populares” e uma perspectiva democrático-nacional abriria espaço para que forasteiros, tal qual Donald Trump, falassem aos populares dos Estados Unidos “profundo”, enquanto os liberais se bastariam com reivindicações que dizem respeito apenas às elites das metrópoles globalizadas das costas leste e oeste.

Este argumento se estende *mutatis mutandi* ao segundo livro de nossa lista. Trata-se de *O povo contra a democracia* Yascha Mounk (2019). Em seu diagnóstico sobre a morte das democracias liberais, o autor explora a contradição entre a liberdade eleitoral e a disposição popular em eleger lideranças autoritárias, no processo que ele denomina “desconsolidação democrática”. Esta “desconsolidação” deve ser entendida resultada da incapacidade do *establishment* político de atender às demandas populares, formando o que o autor denomina “um sistema de direitos, sem democracia”. Ademais, a origem da insatisfação popular deriva das transformações nas comunicações (internet), nas crises econômicas e nas questões identitárias. Ou seja, cidadãos inseguros quanto ao seu futuro econômico e ao seu papel na sociedade estariam propensos a espalhar *fake news* que apresentassem um culpado para a sua situação.

Nesse sentido, a solução para a crise das democracias liberais consistiria no estabelecimento de um nacionalismo inclusivo, do ponto de visto étnico, com um Estado que proporcionasse uma divisão mais igualitária dos frutos do crescimento econômico. Ademais, seria necessário uma atuação no âmbito da comunicação digital, influenciando na *forma* de recepção das mensagens, sem que isso incorresse em algum tipo de controle e/ou censura prévia do conteúdo difundido digitalmente.

Em *Como as democracias morrem?* Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) refletem sobre o que denominam “recessão democrática” e as novas formas de colapso democrático, uma vez que o uso explícito da força (tanques de guerra, por exemplo) não seria mais necessário. De acordo com os autores, seriam dois os elementos não escritos que garantiriam a democracia: a tolerância mútua (entre os adversários) e o uso parcimonioso das prerrogativas constitucionais. Líderes populistas, então, podem atuar *legalmente* - sendo esta a nova forma de colapso democrático - para minar e destruir os elementos não escritos que sustentam as democracias.

A última obra de nossa lista é *Como a democracia chega ao fim* de David Runciman (2018). O autor, diferentemente dos anteriores, não tem como objetivo primordial salvar as instituições democráticas e liberais, já que ele realmente concebe o *fim*, em seu caráter longo e gradual (ou seja ele também entende tanques nas ruas não são mais necessários), da democracia tal como conhecemos. Por isso, a contribuição de Runciman ao debate consiste em sua reflexão sobre o uso político/eleitoral que pode ocorrer das ferramentas da revolução tecnológica atualmente em curso. As ferramentas tecnológicas são objetos

de disputa, pois podem tanto fomentar a desigualdade e abusos de poder quanto ressignificar as frustrações que dão origem ao descrédito democrático.

No quadro que esboçamos sobre o *réquiem da democracia*, é interessante observar que as *frustrações*, no campo político e econômico, dos cidadãos aparecem como características e sintomas da crise democrática e não como sua *causa*. À exceção de Runciman, cujo ponto de vista é sem dúvida o mais amplo e, por isso, mais interessante, os três primeiros livros atribuem a elementos *extemporâneos* à democracia - notadamente o populismo - a fundamentação de seu declínio. Nossa preocupação aqui é afirmar que a crise da democracia precisa ser compreendida a partir das contradições *internas e específicas* do desenvolvimento democrático do pós-segunda guerra. Nesse sentido, entendemos que a análise da emergência da nova direita como uma manifestação do questionamento ao modelo hegemônico do “consenso de centro”, em geral, e do “populismo”, em particular, no sentido que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe atribuem ao termo, é o caminho mais adequado para compreendermos a atual encruzilhada em que se encontra a democracia.

De maneira breve, valendo-se dos pressupostos pós-estruturalistas da crítica à metafísica racional da modernidade - a qual consiste numa busca de um fundamento último para explicar o funcionamento da sociedade, Ernesto Laclau propõe enfrentar a questão das relações entre universal e particular na chave da “hegemonia” (LACLAU, 2011, p.88).

Ao irem além de Gramsci e negar o valor da classe social *a priori* como sujeito privilegiado das disputas hegemônicas, Laclau e Mouffe (2015, p.22) definem a hegemonia como um *tipo de relação política* e não como um conceito topográfico (ou seja, algo que pode ser “localizado” no plano social). O política então deve ser entendida como exercício de articulação das diferentes demandas em disputa em uma dada sociedade. Os “vencedores” (sempre contingentes e precários) capazes de fazer valer (pela força e pelo consenso) a resolução para suas demandas são os setores hegemônicos, ao passo que os setores demandantes não contemplados por este arranjo político podem vir a ser os *contra-hegemônicos*.

Desta forma é importante salientar que o “populismo” da extrema-direita consiste justamente na *estratégia* de articulação das demandas dos setores não contemplados pelo “consenso de centro” neoliberal. Neste sentido, o termo “populismo” na acepção da Teoria do discurso de Laclau e Mouffe diferem radicalmente da acepção clássica do termo nas ciências sociais latino-americanas. Enquanto os teóricos latino-americanos apontavam que o personalismo das lideranças populistas estabelecia uma “conciliação de classe” justamente por impedir que os trabalhadores tomassem ciência de seus próprios interesses. Chantal Mouffe defende que o populismo deve ser entendido como uma estratégia. A estratégia populista, então, consistiria em estabelecer uma divisão política na sociedade de modo a mobilizar os “de baixo” contra a elite privilegiada, a qual justamente impossibilita que os “de baixo” realizem a suas demandas (MOUFFE, 2018, p.9).

É interessante observar que na acepção de Mouffe o “populismo” não é, portanto, fenômeno externo à democracia liberal moderna. Desta forma, podemos dizer que os “popu-

lismos” das novas direitas têm sido capazes de articular as *frustrações* (muitas das quais de cunho diretamente econômicas e oriundas da crescente desigualdade característica do neoliberalismo) dos cidadãos (ou seja, estabelecer um “nós”, que pode ser um “nacional”, um “racial”, um “cidadão de bem”) ao conseguir apontar um *responsável* (um “outro”, antagônico ao “nós”) pela frustração destas demandas<sup>5</sup>.

Por fim, entender o “populismo” das novas direitas como uma estratégia permite constatar as limitações da democracia - especialmente no que diz respeito ao “consenso de centro” - e o papel econômico do neoliberalismo na geração de frustrações que acomete a cidadania das democracias contemporâneas. Contudo, é preciso assinalar que reconhecer a ligação entre as novas direitas e o neoliberalismo não autoriza a colocá-las automática e exclusivamente como representante deste ideal. Afinal, é necessário analisar os casos empiricamente, de modo justamente a compreender a construção da estratégia populista em suas particularidades.

### 3. A oposição leal e os problemas de transição: vitórias eleitorais do PAN (2000 e 2006)

A importância da vitória eleitoral do *Partido Acción Nacional* em 2000 na história política mexicana pode ser constatada no fato de que ela significou a interrupção de 71 anos de governos ininterruptos do *Partido Revolucionario Institucional*. O PRI surgiu no processo de reconstrução após a Revolução Mexicana e governou o México durante o todo o restante do século XX.

O regime político mexicano do século XX ficou conhecido, na famosa metáfora do escritor peruano Mario Vargas Llosa (EL PAÍS, 1990), como a “ditadura perfeita”. Afinal a hegemonia priista era de tal ordem que o México sequer experimentou um governo ditatorial militar como a maior parte dos países da América Latina no século XX. Isto não significa dizer, claro, que o país vivenciou um século de democracia plena, afinal muito da força política priista foi sustentada a partir de fraudes eleitorais.

Não é ao acaso, então, que o lema da campanha presidencial vitoriosa de Vicente Fox em 2000 foi “*Alianza por el cambio*”. Já demonstrei em outro lugar como as estratégias da campanha de Fox consistiram numa crítica a este patrimonialismo priista. O combate à corrupção, então, seria resolvido com transparência e privatizações em uma acepção sintonizada aos preceitos neoliberais. O aumento da eficiência da economia promovida por estas medidas de liberalização seria a chave para o crescimento e a redução da desigualdade no México (STREICH, 2018; 2020a; 2020b).

---

5 Observe-se que mesmo quando as demandas são de ordem econômica, o “inimigo” responsável por gerar aquela *frustração* não é necessariamente identificado à esfera econômica. Um exemplo claro de como esta estratégia discursiva construída é o reiterado receio de imigrantes não qualificados roubarem os empregos dos brancos europeus.

Ademais, Fox era uma figura bastante excêntrica que buscou enfrentar as formas de fazer política típicas do priismo a partir de sua popularidade pessoal. Esta estratégia ficou conhecida como “presidência plebiscitária” (LOAEZA, 2010, p. 203) e consistiu em subordinar os interesses partidários (de todos os partidos, inclusive o PAN) à figura do presidente. Assim, o PAN recebeu um tratamento bastante similar aos partidos de oposição, por exemplo, no que dizia respeito à agenda do presidente da república ou até mesmo à distribuição de cargos e recursos da máquina pública.

Por esta razão, a candidatura de Felipe Calderón em 2006 deve ser entendida como um movimento do alto escalão do PAN para retomar o protagonismo na política mexicana. Conforme já demonstrado (STREICH, 2019), a candidatura de Calderón foi construída articulando-se o liberalismo econômico e o conservadorismo nos costumes. Em estratégia muito similar à da direita brasileira, Calderón buscou estabelecer uma associação entre qualquer defesa de “justiça social” com intervenção econômica estatal (ineficiente, portanto) e autoritarismo.

Tal qual ocorrido no Brasil, o movimento bolivariano de Hugo Chávez foi transformado no epíteto do autoritarismo, o qual seria combatido pelas forças esclarecidas do liberalismo e do conservadorismo. Nesse sentido, o hoje presidente do México e à época candidato pelo PRD (*Partido Revolucionario Democrático*), Andrés Manuel López Obrador foi duramente atacado como o “chavista” mexicano que transformaria o país “em uma Venezuela” (STREICH, 2018).

O desejo por ordem alimentava, e era alimentado, o sentimento de catástrofe que tomava o país em caso da vitória de Obrador. Ademais, as grandes expectativas pelo *cambio* prometido por Fox não haviam sido atendidas (talvez, inclusive, por serem demasiadas grandes). Assim, o medo da catástrofe diante de demandas reprimidas e não atendidas foi respondido com o apelo ao punitivismo e à necessidade de ordem - os quais posteriormente seriam sintetizados na “guerra ao narco” característica de seu governo.

Por isso, a análise do discurso dos governantes panistas no México da primeira década do século XXI traz como primeiro problema entender em que medida a vitória eleitoral do PAN representou uma superação da hegemonia priista. Ou seja, nos termos sugeridos pelo cientista político Robledo Rincón a experiência dos governos panistas consistiu em “uma mudança ou uma evolução do regime [priista]” (Cf. ROBLEDO RINCÓN, 2018).

Com intuito de precisar melhor a questão apontada, é importante observar que um dos elementos característicos da “ditadura perfeita” que governou o México no século XX foi a existência de partidos de oposição (mais ou menos amplas, conforme as contingências). Desta forma o o *Partido Acción Nacional* (PAN) se destacou como o grande partido de oposição ao PRI e, conscientemente ou não, cumpriu o papel de “oposição leal” ao dotar o ambíguo regime mexicano de um tom formalmente democrático (LOAEZA, 2010, p.60).

A decadência deste arranjo político tem o início de seu prolongado desenvolvimento ainda nos anos 1980. Pode-se tomar a crise da dívida pública de 1982 como o marco inicial do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no protagonismo do Estado característico do arranjo político mexicano do século XX. Desta forma, os anos 1980 presenciaram a entrada de empresários e tecnocratas no alto escalão da política mexicana, os quais passaram a buscar um maior protagonismo político, que acabou por se traduzir na implementação do neoliberalismo no país. Wagner Iglecias (2004, p. 74) assim sintetiza a questão:

Além da mencionada instrumentalização do PAN e da entrada de algumas lideranças empresariais na vida político-partidária, cujos resultados seriam recolhidos a médio e longo prazos, os empresários regiomontanos e a Coparmex articularam suas facções no interior do PRI para fazer de Miguel de la Madrid, ideologicamente mais afeito ao ideal neoliberal em voga no exterior, o sucessor de Portillo. Atuando junto aos dois partidos, os setores mais radicais do empresariado tiveram na nacionalização a motivação necessária para lançar seu projeto político próprio, que parecia não contemplar a antiga posição de discrição e relativa subalternidade do capital nacional frente ao Estado.

Podemos dizer que PRI e PAN, então, compuseram justamente aquilo que Chantal Mouffe (2018) denomina como “consenso de centro”, já que ambos estiveram (e estão) profundamente comprometidos com a perspectiva neoliberal da política, a qual conforme apontado reduz os antagonismos políticos a problemas de alocação eficientes de recursos estatais.

Neste sentido, Ilán Bizberg entende que a alternância de poder não se traduziu em um aprofundamento da democracia, como esperavam os politólogos e a sociedade civil mexicana de início do século XXI. Ao contrário, a dependências dos Estados Unidos, a precarização do trabalho, o aumento da violência causada pela “guerra ao narco”, os casos de desaparecidos políticos levam o autor a declarar que os anos finais do governo Calderón se caracterizariam como um período de “desdemocratização” na medida em que a maior parte dos anseios que levaram o PRI à sua primeira derrota eleitoral nacional ainda não haviam sido atendidos (BIZBERG, 2015, p. 139).

#### **4. A lição mexicana para pensar as novas direitas**

Comparar a experiência panista frente ao governo do México e os processos contemporâneos de ascensão das novas direitas na América Latina exige um primeiro apontamento imediato. Nesse sentido, reconhecemos que a eleição do PAN no México foi resultado de uma crise *na* democracia e não uma crise *da* democracia, como ocorre no Brasil e em tan-

tos outros países na América Latina. Em termos da teoria do discurso, podemos dizer que o PAN foi um *componente* do “consenso de centro” hegemônico, ao passo que as novas direitas consistem justamente em forças contra-hegemônicas que articulam as demandas frustradas pelo “consenso de centro” neoliberal.

Neste sentido, tal qual nossa breve análise do PAN - realizada de maneira sumária neste trabalho, mas devidamente desenvolvida nos trabalhos citados e na atual pesquisa de doutoramento - demonstra a necessidade de evitar explicações simplistas e apressadas que desconsiderem o discurso dos agentes analisados. Ou seja, trata-se de esquivar-se da matiz excessivamente estruturalista a qual reduz a direita/extrema-direita como meras representantes do ideário neoliberal e dos interesses imperialistas no continente.

Não se trata de negar a possibilidade de que estas colocações estejam corretas, mas basta observar que ela incorre no mesmo erro (apenas com sinal trocado) das perspectivas liberais do *réquiem da democracia*, já que ela imputa a elementos *externos* as determinações de nossa história e, assim, acaba por ignorar as contradições internas dos processos democráticos e do desenvolvimento capitalista periférico de nossa região. Curiosamente, estas perspectivas estruturalistas em geral não são capazes de explicar o apoio popular aos governantes de extrema-direita.

Assim, é necessário uma maior atenção à construção da articulação política/eleitoral entre as categorias liberal, no campo econômico, e conservador, no campo dos costumes. A campanha eleitoral e a declaração da guerra às drogas promovidas por Calderón indicam o quanto esta aliança está calcada na violência que continuamente estressa os limites da democracia. E justamente aqui reside a valia de analisar o governo de Calderón para se problematizar as direitas contemporâneas. O estresse dos limites democráticos é uma *estratégia* que busca dar conta dos anseios de apenas uma parcela da população. Ou seja, o “bem comum” deixa de ser o elemento condutor das disputas políticas, justamente pela impossibilidade do “consenso de centro” em atender as demandas do “comum”.

Nesse sentido, não deixa ser interessante observar que a mobilização da violência (“*manos firmes*” da guerra ao narco ou até mesmo a arminha com a mão) parece ser a expressão de um darwinismo social que se encontra pressuposto em seus discursos. Ou seja, a apologia do mercado e da competição exige que o “mais forte” (e os professores desta fé sempre se enxergam como o topo da cadeia alimentar) sobreviva. Nesse sentido, caberia ao “mais forte”, então, o papel de salvaguardar os valores tradicionais – a família, a religião e a propriedade – que estariam sendo destruídos pelos inimigos esquerdistas.

Por fim, a mais importante das lições é a de que nem as vitórias e nem as derrotas são definitivas. Afinal a esquerda finalmente chegou ao poder no México, em 2018, após 30 anos da fraude de 1988. A chegada à esquerda mexicana ao poder consiste no espelhamento invertido da situação europeia. Enquanto no velho mundo, a esquerda (social-democracia) se deslocou à direita ao compor o consenso de centro, deixando um vácuo prontamente preenchido pela extrema-direita com seu discurso moralista e xenófobo, no México a

guinada moralista à direita de Calderón foi quem abriu espaço para que Obrador politizasse as demandas antes abarcadas pelo PAN (como indica a vitória eleitoral de Obrador nas províncias do norte do país, regiões em que o PAN é tradicionalmente forte). Ainda assim, faz-se necessário pontuar uma segunda lição, diretamente derivada da primeira. Afinal, vitórias eleitorais da direita/extrema-direita *não necessariamente* representam uma superação da hegemonia vigente (da mesma forma que nada garante que López Obrador será capaz de desconstruir a hegemonia neoliberal).

---

## Referências Bibliográficas

- BIZBERG, Ilán. “México: una transición fallida” em *Desacatos*, n. 48, mai.-ago. 2015, pp. 122-139.
- EL PAIS. Vargas Llosa: “México es la dictadura perfecta”, 1 set. 1990. Disponível em: [https://elpais.com/diario/1990/09/01/cultura/652140001\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1990/09/01/cultura/652140001_850215.html)
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*, São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- IGLECIAS, Wagner Tadeu. *Liberalização econômica na América Latina: uma análise comparativa das relações entre Estado e empresariado no Brasil e no México*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2004.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018, edição eletrônica.
- LILLA, Mark. *O progressista de ontem e o de amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-política identitárias*, São Paulo, Cia das Letras, 2017, edição eletrônica.
- LOAEZA, Soledad. *Acción Nacional: el apetito y las responsabilidades del triunfo*, México DF, El Colegio de México, 2010.
- MEYER, Lorenzo. *Liberalismo Autoritário: las contradicciones del sistema político mexicano*, México DF, Oceano, 1995.
- MOUFFE, Chantall. *En torno a lo político*, Buenos Aires, FCE Argentina, 2007.
- \_\_\_\_\_. *For a left populism*, London, Verso, 2018, Edição Eletrônica.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019, edição eletrônica.
- ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira”, Tese (Doutorado em Ciência Política), FFLCH-USP, 2018.
- ROBLEDO RINCÓN, Eduardo. *La democratización en México: ¿cambio o evolución del régimen?*, México D.F., Universidad Complutense de Madrid; Instituto Derecho Parlamentario, 2018.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chegou ao fim*, São Paulo, Todavia, 2018, edição eletrônica.

SEDGWICK, Mark (Org.). *Key Thinkers of the Radical Right: Behind the New Threat to Liberal Democracy*, Oxford, Oxford University Press, 2019.

STREICH, Ricardo Neves. Estratégias discursivas das vitórias eleitorais de Fox (2000) e Lula (2002). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 13, jul. 2018, Mariana-MG. Anais... Disponível em: [http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Anais%20ANPHLAC-2019%20\(1\).pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Anais%20ANPHLAC-2019%20(1).pdf)

\_\_\_\_\_. As estratégias eleitorais de Lula II (2006) e Felipe Calderón (2006). In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10, ago. 2019, Monterrey (México). Anais...

\_\_\_\_\_. Vicente Fox e Lula da Silva: neopopulistas avant la lettre? In: GIL, Antonio Carlos Amador; MENEZES, Graziela; CAVALCANTE, Ruth. (Orgs.). América em perspectiva: cultura, política e crises. Vitória (ES): Milfontes, 2020a. (No prelo) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO NO MÉXICO E BRASIL: AS CRISES DO FINAL DO SÉCULO XX. In: ARAUJO, Rafael; LAPSKY, Igor. (org.). Estado, Democracia e Movimentos Sociais no Mundo Contemporâneo - Vol. 2. Recife: EduPE, 2020b. Edição Eletrônica (No prelo)